



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

1096
Saw

PROCESSO CONDEPHAAT	73377	2014	
---------------------	-------	------	--

Parecer Técnico UPPH nº GCRBT- 461-2015

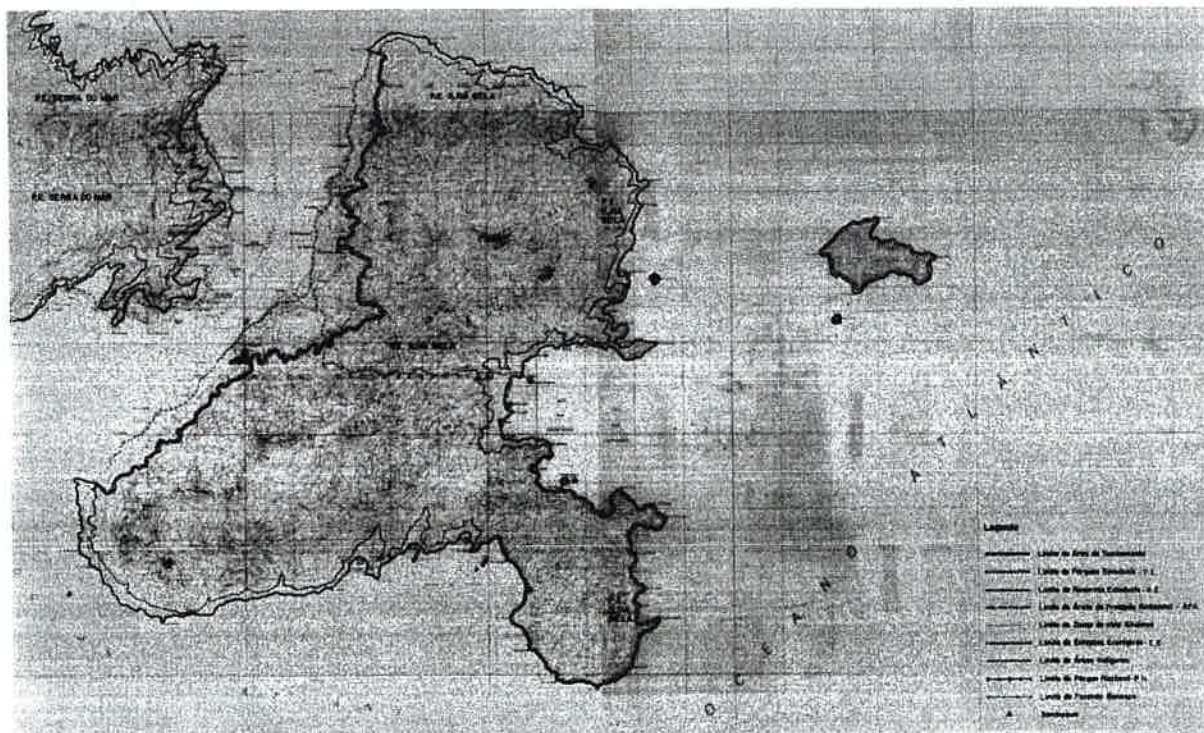
IDENTIFICAÇÃO

- **Interessado:** FUNDAÇÃO FLORESTAL
- **Data do Protocolo Inicial:** 03/12/2014
- **Assunto atual:** INFORMAÇÕES
- **Detalhe do assunto:** N/A
- **Pós Intervenção:** Não
- **Endereço do imóvel:** OUTRO PARQUE EST. DE ILHABELA - ILHABELA / SP
- **Proteção do Bem:** INSERIDO EM ÁREA TOMBADA
- **Integra o conjunto:** SERRA DO MAR E DE PARANAPIACABA

DESCRIÇÃO

I – Trata-se de pedido de manifestação do Condephaat quanto ao Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, em Ilhabela, SP.

II – O Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) faz parte do tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, conforme o Artigo 3º da Resolução 40 de 6-6-85.



Tombamento da Serra do Mar em Ilhabela. Fonte: Plano Sistematizador do Tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba – Montagem das cartas São Sebastião, Caraguatatuba, Paranapiacaba e Ilha Anchieta.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

07
1097
Saw

III – A Fundação Florestal apresentou, em cópia digital (fl. 04), o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, com um extenso estudo que demonstram as qualidades dos seus atributos e valores, e estabelece o zoneamento e as normas que guiarão o uso da área e as ações de gestão do Parque e de sua Zona de Amortecimento.

IV – Para auxiliar no entendimento do Plano de Manejo, foi realizada reunião com a Assessoria Técnica da Fundação Florestal, Sandra Leite, em 13 de fevereiro de 2015, e recebemos o Resumo Executivo do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela. Também estivemos em contato com o DD. Promotor de Justiça Dr. Tadeu Badaró, por meio de quem recebemos a Informação Técnica LT 172/2015 e o Parecer Técnico Complementar, elaborados pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX – do Ministério Público do Estado de São Paulo. Para a instrução deste Processo foram, portanto, consideradas também estas documentações complementares, cujas cópias digitais juntamos ao processo.

PARECER

O tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba se justifica pelo seu grande valor geológico, geomorfológico, hidrológico e paisagístico, além de apresentar a condição de banco genético de natureza tropical, dotado de ecossistemas representativos da fauna e da flora, e sendo capaz de funcionar como regulador das qualidades ambientais e dos recursos hídricos da área litorânea e do reverso imediato do Planalto Atlântico (Artigo 2º da Resolução 40 de 6-6-85).

No Processo de tombamento verificamos essa característica ambiental, com profunda preocupação quanto à preservação da Natureza, e também quanto ao valor cultural do bem, este traduzido na relação entre o meio físico e o humano, com a ação do homem como estruturador ou como mero apreciador da paisagem.

A própria Natureza pode também se tornar um objeto cultural, como já foi observado por Chauí (2003), à medida que a Natureza, também entendida como tudo que existe sem a ação humana, tem a sua própria percepção ou conceituação feita através da ação do homem.

A paisagem, já uma imagem exclusivamente humana quando de sua interpretação, de forma análoga, carrega-se da vertente cultural através da constante interação do homem com o espaço físico ao longo do tempo, em todas as suas formas e atividades, podendo atingir o equilíbrio desejado e gerando marcas e registros que podem ser retidos pela paisagem, agregando-lhe valor e restando, conforme conceito de Ab'Sáber (1977), como herança e patrimônio coletivo das comunidades que atuam nesses territórios. Detoni (2012) complementa argumentando que a paisagem, além de herança de processos naturais e sociais, pode adquirir o caráter de patrimônio por meio da valorização de determinados componentes simbólicos, por isso, torna-se alvo de valorização, seja do ponto de vista natural, ou social, o que permite a definição de políticas para a sua preservação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

1098
Sam

Essa interpretação mostra bem a complexidade e variedade de peças interagindo em um mesmo tabuleiro. Não é apenas o atrativo turístico da paisagem, também não apenas as qualidades dos elementos físicos e biológicos da Natureza. Para este tombamento, foram considerados, além de conteúdos como equilíbrio ecológico (valores ambientais), tanto valores cognitivos (bens como suporte de informação), quanto valores formais (significação como objeto de percepção estética) e afetivos (vínculos subjetivos de comunidades na definição de identidade) (Processo de tombamento – “Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condephaat”, 1984). São valores que cabe preservar pelo instrumento do tombamento.

A área do Tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba em Ilhabela

Conforme o Artigo 3º da Resolução 40 de 6-6-85, a parte principal da área de tombamento corresponde a diversos parques e reservas estaduais, dentre as quais está o Parque Estadual de Ilhabela, representando uma área de 27.025ha. Na Ilha de São Sebastião, sede do Município de Ilhabela, a área tombada é mais extensa que a abrangida pelo Parque Estadual, uma vez que exclui-se do tombamento, numa descrição simplificada, apenas a área mais urbanizada, compreendida entre a cota 200 e o Canal de São Sebastião, limitada ao sul pela linha divisória de águas que vertem ao canal e passa pela Ponta da Sela e, ao norte, pela linha divisória de águas que passa pela Ponta das Canas.

Sendo o tombamento de 1985, é também gerada uma área envoltória de 300 metros (medida em projeção vertical) em torno do bem tombado, onde se objetiva evitar prejuízos à sua visibilidade ou destaque.

A prevista Zona de Amortecimento do PEIb engloba, na Ilha de São Sebastião, toda a faixa territorial terrestre contígua à UC. Portanto, toda a área tutelada pelo Condephaat, relativa ao tombamento da Serra do Mar em Ilhabela, é contemplada pelo Plano de Manejo objeto deste Processo.

A Resolução 40 de 6-6-85

Após a definição e descrição das áreas tombadas, a Resolução 40 de 6-6-85, em seu Artigo 9º, estabelece um “conjunto de diretrizes consideradas indispensáveis para garantir um caráter flexível, para a preservação múltipla do bem tombado”.

Destacamos a possibilidade de manutenção na íntegra de instalações e propriedades particulares preexistentes na área, desde que não haja ampliação de seus espaços usuais. Da mesma forma, as instalações públicas preexistentes poderão ser mantidas, condicionando as futuras intervenções à aprovação prévia do Condephaat.

A proibição de retirada não autorizada previamente de terra ou rocha, assim como a predação de fauna e flora e a introdução de espécies exóticas são outros aspectos importante do documento, que também faz ressalvas às novas instalações de indústrias,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

09
10999
Soma

mineração e outras atividades potencialmente poluidoras, que não serão toleradas sem a prévia consulta a este Conselho.

A resolução, por outro lado, mostra preocupação com a manutenção de áreas e trilhos de perambulação indígenas, áreas ocupadas por atividades de agricultura de subsistência e sítios arqueológicos.

As edificações existentes ou a serem construídas na área tombada não são consideradas como patrimônio cultural, devendo ser analisadas quanto à volumetria, taxa de ocupação e adequada localização dentro do terreno, evitando-se danos graves à vegetação remanescente.

De modo geral, todas as intervenções a serem realizadas no interior da área tombada, bem como em sua área envoltória, necessitam da prévia anuência deste Condephaat, inclusive quando inseridos nos diversos Parques e Reservas Estaduais, Áreas de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas.

Artigo 9º – Tendo em vista conciliar esforços integrados para a preservação da área tombada, sem ruptura total com formas adequadas de uso do solo em atividades preexistentes e previstas no seu plano de manejo, fica estabelecido o seguinte conjunto de diretrizes consideradas indispensáveis para garantir um caráter flexível, para a preservação múltipla do bem tombado:

1 – As instalações e propriedades particulares preexistentes na área, consentidas por comodato ou legalizadas de qualquer forma, serão mantidas na íntegra com suas funções originais, desde que não ampliem seus espaços usuais atuais e nem comprometam a cobertura vegetal remanescente. Os projetos de reforma, demolição, construção e mudança de usos, bem como futuras cessões de áreas em comodato, deverão ser previamente submetidos à aprovação do Condephaat.

2 – As instalações públicas preexistentes na área, como torres de alta tensão, antenas, estradas, reservatórios, equipamentos, edificações etc, serão mantidas na íntegra com suas funções originais, sendo que as futuras instalações ou ampliações das existentes na área serão motivo de considerações e apreciações entre o Condephaat e os demais órgãos envolvidos, com o parecer terminal deste Conselho, tendo em vista a necessidade de garantir a preservação dos patrimônios ambientais, bióticos e paisagísticos.

3 – Por este instrumento fica proibida a retirada não autorizada previamente de terra ou rocha, assim como a predação da fauna e flora e a introdução de espécies exóticas, a fim de não modificar o "status" natural do conjunto de terra vivos que se inter-relacionam.

4 – Os projetos especiais de lazer e pesquisa, elaborados com todas as precauções intencientes ao equilíbrio ecológico, compatíveis com padrões conceituais de preservação no que diz respeito às propostas de edificações, acessos não lesionantes, replantio de massas florestais etc, poderão ser estudados no interior da área tombada após exame e anuência do Condephaat. As áreas preexistentes destinadas ao sistema de lazer, educação ambiental e pesquisas, estabelecidas no plano de manejo do Instituto Florestal da Coordenadoria de Pesquisas de Recursos Naturais, terão continuidade assegurada em suas funções originais, assim como os programados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – Conselho e Secretaria Especial do Meio Ambiente – Sema.

5 – O Condephaat celebrará convênios e protocolos de intenções com as entidades competentes e as Prefeituras Municipais objetivando aperfeiçoar os critérios de utilização de uso de espaço, que servirão de base para o acompanhamento da área tombada, e manterá um arquivo atualizado contendo todos os Projetos, Programas, Planos de Manejo, Planos Diretores Municipais, Leis de Zonamento, elaborados pelos órgãos envolvidos, tais como Instituto Florestal da CPRN da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Conselho, Sema, DEMA, Funect, Sudepa, Ceresb, SPU, Cima, Prefeituras Municipais etc.

6 – As áreas em disputa judicial ou objeto de processos de usucapio, porventura existentes na área, ficarão sob a responsabilidade da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da Procuradoria Geral do Estado, reservando-se ao Condephaat o direito de orientar o processo eventual de resolução de tais espaços.

7 – As áreas devolutas, porventura existentes no interior do espaço de tombamento, serão motivo de considerações especiais entre o Condephaat, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da Procuradoria Geral do Estado e Prefeituras envolvidas.

8 – Não serão toleradas novas instalações de indústrias, mineração ou outras de atividades potencialmente poluidoras sem a prévia consulta ao Condephaat, nesta área.

9 – O Condephaat organizará junto ao Serviço Técnico de Conservação e Resgate uma equipe técnica habilitada e em número adequado para atuar na proteção da Serra do Mar e demais trechos incorporados ao seu tombamento.

10 – As áreas e trilhos de perambulação indígena abrangidas por este tombamento serão oportunamente demarcadas e receberão uma regulamentação especial visando garantir a sua permanência, em consonância com os demais órgãos envolvidos.

11 – As áreas hoje ocupadas por atividades de agricultura de subsistência deverão ser objeto de cuidados especiais no sentido de garantir o exercício dessas atividades dentro dos padrões culturais estabelecidos historicamente.

12 – Os sítios arqueológicos existentes na serra serão cadastrados e deverão ser protegidos por medidas específicas. A pesquisa arqueológica somente poderá ser executada com projeto aprovado pelo CONDEPHAAT.

13 – Ficam consideradas especiais as seguintes áreas:

a) – A abrangida pelos bairros cota ao longo da Via Anchieta, no Município de Cubatão, como áreas especiais de interesse social.

b) – as situadas nas faixas das praias do Ubatumburi e do Putuba, no Município de Ubatuba, no trecho entre BR-101 e o Mar, como áreas especiais para o uso residencial turístico.

14 – As edificações existentes ou por construir na área tombada, não são consideradas como patrimônio cultural pelo presente tombamento, devendo os projetos futuros ser analisados apenas quanto à volumetria, taxa de ocupação e adequada localização dentro do terreno, evitando-se danos graves à vegetação remanescente.

15 – A venda de propriedades situadas na área deste tombamento independe da prévia consulta ao CONDEPHAAT.

16 – Fica prevista a criação de uma Comissão Inter-Órgãos Públicas para acompanhar o tombamento e estimular a formulação e aplicação de diretrizes que deverá contar sempre com representantes dos municípios ao tratar de assuntos de seu interesse.

O documento Diretrizes, Normas e Recomendações Preliminares

O documento elaborado pela então Equipe de Áreas Naturais do Condephaat foi aprovado pelo Egrégio Colegiado em 22 de janeiro de 1987 e publicado em DOE de 14 de janeiro de 1989.

Em momento posterior, na Sessão Ordinária de 6-6-2005, discutiu-se novamente o documento em questão, tendo sido deliberado pelo Conselho que "se utilizem as diretrizes constantes na Resolução 40, de tombamento da Serra do Mar para análise dos projetos de intervenção na área, concatenada a outras legislações existentes. As 'Normas e Diretrizes Preliminares para o Tombamento da Serra do Mar' deverão ser utilizadas como instrumento apenas consultivo" (Ata 1366 de 6-6-2005).

Na possibilidade de utilização do documento em seu mérito, destacamos a norma geral quanto à aplicação, nos Parques Estaduais, das restrições estabelecidas pela legislação de cada unidade de preservação. Para as demais áreas do tombamento, pretendia-se a aplicação das restrições, normas e diretrizes criadas no documento, que demonstram especial preocupação em relação às áreas de grande declividade, à necessidade de reserva de vegetação, preservação de valores cênicos e restrições ao lançamento de esgotos e lixo, obras de infra-estrutura, atividades industriais e de mineração.

O Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela e o Tombamento – Zoneamento

O Plano foi estruturado em zoneamento interno (interior do PEIb) e zona de amortecimento e possui normas gerais além das específicas para cada zona interna ou setor da zona de amortecimento.

No Zoneamento Interno, foram definidas as seguintes zonas: Intangível, Primitiva, Uso Extensivo, Uso Intensivo, Histórico-Cultural, Recuperação, Uso Especial e Uso Conflitante, além das 4 sub-zonas (sub-zona da atual ocupação tradicional, do patrimônio arqueológico, de recuperação e de conservação).

Entendemos que as normas gerais e específicas para cada zona são adequadas quando confrontadas com os instrumentos legais do tombamento. Os usos permitidos não conflitam com as restrições expressas na resolução de tombamento. Por outro lado, os usos proibidos, com limitações mais severas que as constantes no conjunto de diretrizes presentes no artigo 9º da resolução 40, nos parecem suficientes para a manutenção das qualidades da área tombada. Os Objetivos e Diretrizes Específicas para as zonas internas se harmonizam com os conceitos implícitos no tombamento, tendo em vista que preservam e potencializam os valores deste bem, em especial o seu valor cultural.

A Zona de Amortecimento (ZA) é "o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade", conforme definição constante na Lei 9.985/2000 do SNUC. Para o PEIb, a zona de amortecimento engloba áreas marinhas e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

1101
Sav

toda a faixa terrestre da Ilha de São Sebastião contígua à Unidade de Conservação. Nessa faixa incidem áreas tombadas e respectivas áreas envoltórias e é onde ocorre a grande maioria das intervenções cujas anuências são solicitadas neste Conselho.

De forma semelhante à utilizada para o zoneamento interno, a zona de amortecimento é subdividida em setores com características próprias e normas individualizadas. O objetivo geral é promover atividades de impacto positivo, minimizar os impactos negativos sobre a UC e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. Entendemos que esses objetivos, assim como os específicos para a zona de amortecimento, de modo geral, podem ser considerados adequados diante do tombamento da Serra do Mar.

As normas e restrições gerais válidas para toda ZA já não proíbem expressamente certas atividades potencialmente danosas ao bem tombado. Porém, há que se analisar a setorização proposta e os objetivos, metas e diretrizes específicas para cada setor. Assim, observamos que os setores correspondentes às áreas tombadas, ou mesmo suas envoltórias, foram, de fato, contempladas com restrições que visam atingir objetivos que se coadunam aos desejados por este Condephaat. É assim com o Setor de Proteção dos Limites do Parque (PLP) e o Setor de Praias e Costões (RT), os mais restritivos. Mas também é assim com os setores que possuem, em suas diretrizes, a ocupação humana de baixa densidade – Setores Conservação da Biodiversidade (CB), Conservação e Baixa Densidade de Ocupação (Cobd), Conservação e Ocupação (Co) e Conservação Ambiental e Cultural Comunidades Tradicionais (CCT). Já o Setor Área Urbana (Au), o mais permissivo, está fora da área tombada e, em grande parte, também fora da área envoltória do tombamento.

A forma como o Plano de Manejo pode agir beneficentemente junto às áreas tuteladas pelo Condephaat, através de suas restrições, normas e diretrizes, pode ser exemplificada na conjugação dos Setores PLP, CB2, Cobd5 e Co2, que atuam em uma área envoltória do tombamento, voltada para o Canal de São Sebastião, em regiões que geram a preocupação devido à pressão causada por ocupações irregulares. A implantação do plano deverá atingir os objetivos com os quais concordamos, podendo se tornar mais um bom instrumento para o ordenamento dessas áreas, assim como é desejável para o Plano Diretor do Município.

Cabe, porém, ressaltar três áreas específicas, setorizadas como Conservação e Ocupação Co1, 2 e 3. As três, ainda que fora do PEIb, estão inseridas, quase na sua totalidade, em área tombada da Serra do Mar. Tendo em vista as ideias extraídas da Resolução 40 e as explícitas no documento "Diretrizes, Normas e Recomendações Preliminares", consideramos as atividades de mineração e indústria incompatíveis com o tombamento. No entanto, o Plano de Manejo não proíbe essas atividades nas áreas em questão. Assim, sugerimos a revisão das normas e restrições do setor ou das diretrizes específicas para os citados setores, auxiliando na proteção do bem tombado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

12
Moz
Dau

CONCLUSÃO

Consideramos que o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, de um modo geral, está de acordo com os ideais do tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba, sendo capaz de manter e até mesmo aprimorar as qualidades e valores, inclusive os culturais, que justificaram o tombamento deste inestimável bem.

Entendemos, contudo, que são necessários alguns destaques e observações a serem consideradas no Plano de Manejo:

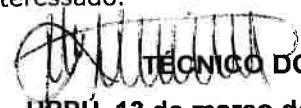
- Deve estar clara a necessidade da prévia anuência do Condephaat para qualquer intervenção a ser realizada em área tombada ou em sua envoltória de 300 metros.
- Sugerimos que os limites da área envoltória do tombamento estejam representados no mapa do zoneamento.
- Também sugerimos a representação dos imóveis tombados pelo Condephaat em Ilhabela (Cadeia e Fórum e Sede da Fazenda Engenho D'Água e suas respectivas áreas envoltórias), presentes no Setor Área Urbana.
- Apresentar, no mapa de zoneamento, os sítios arqueológicos do município.
- Revisão das normas e diretrizes para o Setor Conservação e Ocupação (Co), ou das diretrizes específicas dos setores Co1, Co2 e Co3, quanto às possibilidades de atividades potencialmente danosas ao bem protegido.
- Sugerimos, ainda, considerações do E. Colegiado do Condephaat quanto à viabilidade dos elementos de infraestrutura, em geral de utilidade pública, como torres de telefonia celular e de transmissão de energia, em área natural tombada, cujas solicitações de anuência são recorrentes.

Diante de todo o exposto, consideramos que, superadas as observações acima e as demais que o Egrégio Colegiado venha apresentar, o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela é passível de aprovação pelo Condephaat.

À CAAC

Considerando a complexidade do tema, a característica multidisciplinar do tombamento da Serra do Mar, a composição desta área técnica do Grupo de Conservação e Restauro de Bens Tombados – GCRBT – formada exclusivamente por arquitetos, o que direciona o olhar para a sua área de sua formação, desde já sugerimos relatoria para o presente processo.

Obs. O processo é composto apenas pelo ofício e cópias digitais de documentos, não havendo peças gráficas ou memoriais a serem carimbados e retirados pelo interessado.


TÉCNICO DO GCR
UPPH, 13 de março de 2015
MAURO KUNIHO MIYASHITA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

1103
13
Saw

Referências Bibliográficas

CHAUÍ, M. **Natureza, Cultura e Patrimônio Ambiental.** In: Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2003, p. 47-55.

AB'SÁBER, A. N. **Potencialidades Paisagísticas Brasileiras.** In: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição: Contribuição de um ciclo de debates. FIBGE/SUPREN, v. 1, p. 19-38, 1977.

DETONI, S. F. **Tombamento de áreas naturais: a paisagem como elemento estruturador.** In: Revista Geonorte, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1283-1291, 2012.

CONDEPHAAT. **Processo nº 20868 Estudo de tombamento da Serra do Mar.** 1984.



1121
JMA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

Ofício Condephaat-1514/2015

Processo 73377/2014

São Paulo, 02, julho de 2015.

Prezado Senhor,

Em sua sessão ordinária de 22 de junho do corrente Ata nº 1798, o Colegiado do CONDEPHAAT deliberou acatar, por unanimidade, o parecer da Conselheira Relatora (cópia anexa), que acompanha o parecer da UPPH, referente ao Plano de Manejo, conforme segue: "Concordo com parecer técnico da UPPH que devem ser considerados: '01. Deixar clara a necessidade de previa anuência do Condephaat para qualquer intervenção a ser realizada em área tombada ou em sua área envoltória de 300 metros; 02. Que os limites da área envoltória do tombamento estejam representados no mapa do zoneamento; 03. Que a representação dos imóveis tombados pelo Condephaat em Ilhabela (Cadeia e Fórum e Sede da Fazenda Engenho d'Água suas respectivas áreas envoltórias) presentes no setor área Urbana; 04. Apresentar no mapa dos zoneamentos, os sítios arqueológicos do município e; 05. Revisão das normas e diretrizes para o Setor de Conservação e Ocupação (Co), ou das diretrizes específicas dos setores Co1, Co2 e Co3, quanto às possibilidades de atividades potencialmente danosas ao bem protegido, considerando a resolução 40/85 e o plano Sistematizador do Tombamento da Serra do Mar'".

Atenciosamente,


ANA LÚCIA DUARTE LANNA
Presidente

Senhor,
Olavo Reino Francisco
Diretor Executivo da Fundação Florestal
Rua do Horto, 931
São Paulo - SP
02377-000

1369426

SIGAM
PROTOCOLO / FF
29.07.15
73894
Visto

Diretoria Executiva
3.0 JUL. 2015
[Signature]

Ciente

2.ª

*Considerações
de D.N.*

De 31/07/15

[Signature]
Elizabete Aparecida da Silva Barbosa
Assessora da Diretoria Executiva
RG 18.516.117

Fundação Florestal
04 AGO 2015
[Signature]

Ciente.

*2.ª a Gutera do PE Ilhabela
para ciência e, se necessário,
manifestar-se por meio de
LT.*

2.ª, 07/08/15

JUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO
Diretor Adjunto

PROTOCOLO PE Ilhabela 303/15
12 08 15 *[Signature]*